

## Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975)

Rodrigo Nabuco de Araujo<sup>1</sup>

### Resumo

O escopo principal deste artigo é rever os principais aspectos da doutrina da guerra revolucionária, através o estudo de textos, regulamentos e relatórios militares. Fontes francesas e brasileiras põe em evidência as transferências de conceitos e entidades chave da doutrina colonial francesa e revelam nexos entre o pensamento militar brasileiro e ideais colonizadores do Exército francês. Sob o olhar atento de oficiais franceses veteranos das guerras coloniais observa-se o processo de adaptação do Exército brasileiro às operações táticas da guerra revolucionária.

**Palavras-chave:** doutrina militar; guerra revolucionária; guerra psicológica; operações contraguerrilha.

### Summary

The purpose of this paper is to review the main aspects of the French counterrevolutionary doctrine, through a study of texts, laws and military memorandums. French and Brazilian sources emphasize the transfer of French colonial doctrine keys' concepts and expose connections in between Brazilian military thinking and French army colonizing ideals. Under the scrutiny of the French colonial officers, the Brazilian army prepared itself for the counterrevolutionary war.

**Keywords:** military doctrine; revolutionary warfare; psychological warfare; contra-guerrilla operations.

---

1 Universidad de Reims Champagne-Ardenne.

Atualmente as forças militares empregam distintas armas e tecnologias tanto para o combate urbano como para a conquista da adesão das populações. O emprego cada vez mais frequente de helicópteros no apoio a tropas em ações urbanas e de Ações Cívico-Sociais ilustram a contemporaneidade de doutrinas militares desenvolvidas em contexto colonial. Assim no combate ao crime organizado e nas ações psicológicas empregam-se táticas elaboradas nos anos de 1960, no âmbito da doutrina da guerra revolucionária, que associava conquista das populações e operações de guerrilha urbana no combate a insurreições armadas.

As experiências coloniais europeias estão com efeito no centro das doutrinas contemporâneas que levaram militares latino-americanos a reconfigurarem suas identidades políticas. Fontes e depoimentos coletados por historiadores e sociólogos apontam nesse sentido e indicam doutrinas francesas e britânicas como ponto de convergência do pensamento militar, em particular na geração que tomou o poder nos anos 60 em distintos países da América Latina. Na literatura, no cinema, em trabalhos universitários, a presença de oficiais franceses especializados na guerra revolucionária se tornou um tema crucial para se entender a formação e a atuação de oficiais latino-americanos durante as ditaduras de segurança nacional. Nos últimos quinze anos, teses, dissertações e trabalhos acadêmicos se dedicaram ao estudo das doutrinas coloniais, em particular a da guerra revolucionária.

A doutrina francesa da guerra revolucionária é o resultado dos esforços de uma geração de oficiais coloniais que lutaram para preservar a coesão do império francês, após a Segunda Guerra Mundial. Síntese de um pensamento colonial elaborado em escolas militares desde fins do século XIX, a doutrina da guerra revolucionária foi elaborada no âmbito de operações contra insurreições armadas, com o intuito de ser imediatamente aplicada em territórios tão diversos quanto o Vietnã, Argélia, Madagascar, Camarões. A versatilidade da doutrina é sua força e sua principal característica é a de associar as três armas em prol da defesa interna, priorizando a guerra interna, em detrimento de operações exteriores. Heterogênea, a DGR é formada por um conjunto díspar de textos, conferências, livros, regulamentos, sem unidade própria, que encontram aplicação no âmbito da luta contra o inimigo interno. A guerra revolucionária é infinitamente pequena e nesse sentido se opõe à guerra nuclear, oferecendo aos militares latino-americanos a oportunidade de repensar suas funções em um novo contexto internacional (Martins Filho, 2006). Suas teses contemplam representação do mundo marcada pelo medo permanente de um levante comunista, em particular no marco da Revolução Cubana de 1959.

O objetivo deste artigo é rever determinados aspectos da doutrina francesa. Aponta-se elementos para compreender os modos de circulação e de apropriação das doutrinas pelos militares brasileiros, com enfoque no papel desempenhado pelos adidos militares franceses. Busca-se evidenciar fontes diplomáticas e militares, priorizando aquelas coletadas nos arquivos franceses. Nos últimos anos, a produção bibliográfica sobre a doutrina francesa cresceu bastante, com a abertura de arquivos e o interesse cada vez maior despertado na opinião pública sobre a presença de oficiais franceses durante operações de repressão na América Latina. A diversificada produção bibliográfica reflete uma doutrina que se apresentava desde o início sob diversas formas, buscando fazer a síntese de quase cem anos de domínio colonial.

## Leituras plurais da guerra revolucionária

O cientista político Alfred Stepan foi um dos primeiros a situar a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, como centro de recepção, estudo e reapropriação de doutrinas, redefinindo as relações entre civis e militares após a Segunda Guerra Mundial.<sup>2</sup> A ESG evoluía no espectro das direitas anticomunistas e garantia retransmissão de linha de pensamento conservador. Como o *National War College* e o *Institut des Hautes Études de Défense Nationale*, fundados respectivamente em 1946 e 1949, a ESG reunia as elites no intuito de criar bases para repensar a segurança e a defesa nacionais, ao associar industriais, juristas, professores, políticos e oficiais das três armas em torno de temas contemporâneos, em particular aqueles que envolviam a guerra e seus desdobramentos políticos.

A ideologia da segurança nacional era o marco inicial do pensamento na ESG, em que se destacam quatro formas de poder vislumbradas por civis e militares: econômico, político, militar e psicossocial. Ela posicionava as forças armadas na linha de frente da batalha contra o comunismo, forma revisada do inimigo interno que os exércitos buscavam combater no campo ideológico. Oriunda de pensamento conservador dominante no meio militar, a segurança nacional encarava os conflitos sociais como fonte de desordem e, logo, os caracterizava como incompatíveis com o projeto de desenvolvimento econômico. Também situava os militares como espinha dorsal do Estado, representando-os como os melhores intérpretes do interesse nacional. Seu conteúdo era, no entanto, indeterminado e variava entre operações táticas que envolviam tortura e massacre de oponentes ao regime e esquemas estratégicos que davam corpo a ideais contrarrevolucionários.<sup>3</sup> As doutrinas coloniais eram um dos eixos centrais da segurança nacional.

A doutrina francesa chegou ao Brasil por múltiplos canais e redes, o que explica a pluralidade de interpretações. Seria equívoco pensá-la desconectada da história das relações franco-brasileiras. Duas missões militares francesas atuaram no âmbito das forças policiais e militares: a missão para a força pública do estado de São Paulo (1906-1913) foi a precursora e criou a estrutura da polícia militar daquele estado, ao formar também seus principais oficiais; a militar de instrução para o Exército, aliás missão Gamelin (1920-1940), orientou os trabalhos do estado-maior do Exército, formou centenas de oficiais e transmitiu as principais doutrinas francesas.<sup>4</sup>

Muitos livros e regulamentos foram traduzidos por oficiais familiarizados com o idioma francês. Dentre os principais volumes deve-se citar *A função social do oficial*, traduzida por Benício da Silva, e de autoria de Hubert Lyautey, oficial colonial no comando da conquista militar de Madagascar. As ideias desenvolvidas no livro caíam como uma luva para os jovens oficiais que assistiam ao curso de estado-maior nos anos de 1930. Lyautey escreveu: “quando o setor atribuído a uma companhia for pacificado e quando o ultimo tiro for disparado, esta companhia deixa de representar uma unidade militar [...] para tornar-se o primeiro elemento da valorização colonial”.<sup>5</sup> Os germes das doutrinas contemporâneas em que os militares seriam levados a assumir as mais altas funções políticas e administrativas encontravam-se nos primeiros manuais divulgados pelos missionários franceses.

A partir dos anos de 1940, pode-se afirmar que grande parte da elite militar detinha diploma da missão francesa. Paris encontrava-se na rota de muitos oficiais que contribuíram a exportar a

2 STEPAN, A. (1975). *Os militares na política. Changing patterns in Brazil*. Rio de Janeiro: Artenova.

3 COMBLIN, J. (1977). *Le pouvoir militaire en Amérique latine: l'idéologie de la sécurité nationale*. Paris: Jean-Pierre Delarge éditions universitaires

4 Para maiores detalhes sobre a missão militar francesa, ver: Bellintani (2009).

5 LYAUTEY, H. (1938). *A função social do Oficial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

doutrina francesa. Cabe aqui mencionar ao menos dois: Humberto de Alencar Castelo Branco, além de comandante da ESG, se tornou o primeiro presidente do regime militar (1964-1967); Aurélio de Lyra Tavares, autor de artigos e livros sobre a França e sua relação com o Brasil, foi ministro da Guerra (1967-1968), membro do triunvirato que governou o país de agosto a outubro de 1969 e embaixador na França (1970-1974). Além disso, parte da oficialidade mantinha laços familiares com a França, muitas vezes transmitidos por gerações, como no caso de Alfredo Souto Malan e de Moacir Barcelos Potyguara, respectivamente, filho do adido militar na França (1917-1920) e de oficial veterano da Primeira Guerra Mundial. Ambos ocuparam as mais altas funções no comando das forças armadas, como chefe do estado-maior e ministro de Guerra. Após a Segunda Guerra Mundial, o estágio na França se manteve como tradição na formação da elite militar, que compartilhava experiências e projetos de desenvolvimento. Apesar da baixa frequência dos intercâmbios militares, observa-se que durante o período de mais alta efervescência contrarrevolucionária e de duros combates contra a oposição armada, entre 1966 e 1974, ao menos quinze oficiais frequentaram as escolas militares francesas (Araujo, 2012).

Além do papel desempenhado pelos oficiais das forças armadas que levaram em suas bagagens ideias acerca das guerras coloniais, os próprios adidos franceses planejavam a divulgação de sua doutrina. Após a reorganização da embaixada francesa, em 1946, o adido militar passou a ter por missão divulgar bibliografia especializada em assuntos militares, de modo a chamar a atenção para as doutrinas e o material francês. Em 1948, foram distribuídas 5 000 revistas militares, volume que desabou a 250 em 1954, antes de subir novamente a 2 000 em 1958. Quando a guerra revolucionária se tornou assunto da mais alta importância, 60% das publicações conservadas nas bibliotecas do Exército provinham de autores franceses.<sup>6</sup>

Revistas e demais publicações militares tiveram papel crucial na divulgação do pensamento francês, pois alcançavam público amplo e variado que ficava livre para interpretar o conteúdo político dos textos. Artigos e resenhas foram traduzidos e publicados nas principais revistas, como *A Defesa Nacional*, *Mensário de Cultura Militar do Estado-Maior do Exército*, *Revista do Clube Militar*, por oficiais que tinham estagiado na França. Moacir Barcelos Potyguara, Alfredo Souto Malan, Aurélio de Lyra Tavares se tornaram eminentes especialistas da guerra revolucionária, publicaram inúmeros textos e pronunciaram várias conferências.

A doutrina da guerra revolucionária não chegou a formar uma escola de pensamento homogênea, muitos autores, civis e militares, apropriaram-se de suas teses e buscaram expressar suas próprias ideias. Contudo, ela se tornou tema recorrente nas análises de conjuntura antes do golpe de 1964 e principal doutrina veiculado pelo governo militar após a conquista do poder. Entre 1955, data em que fora pela primeira vez mencionada em conferência na Escola Superior de Guerra, até 1959, quando Augusto Fragoso inaugurou um ciclo de estudos sobre o tema, poucos trabalhos tiveram por foco a doutrina francesa. A doutrina francesa tampouco chegou ao Brasil num bloco, pois já vinha sendo discutida em artigos e conferências sobre as guerras coloniais.

## A reapropriação da doutrina francesa pela Escola Superior de Guerra

Desde a guerra da Indochina (1947-1954), nas escolas militares, já se estudava o tipo de guerra que ameaçava a existência do centenário império colonial francês. Buscava-se compreender quais soluções foram encontradas pelos franceses e tinha-se interesse particular pelos instrumentos de

6 NORMAND, A. (1958). *Relatório de informe, "Rôle des forces armées françaises dans l'effort de propagande et d'expansion actuellement appliqué sur le Brésil"*. Vincennes: Service Historique de la Défense (SHD), 10 T 1108.

governança colonial. Após a derrota contra a guerrilha Viêt Minh, oficiais coloniais buscaram codificar o comportamento de seus subordinados e sedimentar experiências adquiridas a duras penas. Extensa produção bibliográfica tinha por objetivo discutir a legitimidade dos métodos de combate contra os movimentos de independência e definir o conteúdo político das guerras coloniais (Périerès, 2001).

Na ESG, docentes e discentes buscavam também compreender esse novo tipo de guerra e seus desdobramentos políticos. Em 1955, o curso superior de guerra abriu-se com conferência do coronel Herrera, militar envolvido em diversas atividades políticas, marcadamente anticomunista. Herrera abria discussões acerca dos conceitos então empregados para caracterizar os conflitos no pós-guerra, onde “o conceito de paz tornou-se de tal modo confuso, que temos dificuldade em riscar os limites que a separam do estado de beligerância – limites que perdem cada vez mais, a forma de uma linha simples”. Partindo do constato que o vocábulo guerra não mais reveste um único significado e vem sempre acompanhado de novo adjetivo, ele fixa como objetivo preliminar o estudo das formas contemporâneas de guerra. Nesse sentido, insiste na importância da guerra colonial, cuja particularidade reside na dissimetria entre os beligerantes: “para o mais forte, a luta se assemelhava a uma expedição, com poucas chances de comprometer sua segurança nacional”, já no caso do beligerante mais fraco, “a mobilização de todos os recursos confere a seus esforços as características de guerra total”.<sup>7</sup> Já estava claro aos oficiais brasileiros que o exército colonial francês travava uma guerra sem linhas de frente, uma guerra total, na qual participava toda a população.

A crise que se abatia sobre o império colonial francês dava impulso ao pensamento militar. Os estudos sobre as guerras coloniais ainda se encontravam em estado embrionário, mas já contribuíam a revitalizar correntes conservadoras que, desde os anos de 1930, rejeitavam os milhões de indivíduos que emergiam das lutas sociais e que reivindicavam maior participação política e o direito de escolher pelo voto seus representantes. O desenvolvimento dos estudos sobre as guerras coloniais coincidia com o ressurgimento do pensamento contrarrevolucionário que colocaria em prática a guerra psicológica, conceito chave da contrarrevolução que se preparava.

O conceito havia sido elaborado nas escolas para oficiais coloniais e estava sendo experimentado na Argélia, onde o Exército francês criara distintos instrumentos de pacificação, à exemplo das *Sections Administratives Spécialisées* e do *5<sup>e</sup> Bureau d'Action psychologique*: tratava-se de conquistar corações e mentes, manipular a opinião pública e influenciar a maneira como os cidadãos encaravam a situação política. Circulares, regulamentos, tratados buscavam criar normas e explorar a propaganda como arma de guerra. A ação psicológica aparecia desde o início intimamente associada à guerra revolucionária, cujo objetivo era conquistar a adesão da população (Villatoux, 2005: 44).

Sob o comando de Humberto de Castelo Branco, a ESG organizou o primeiro curso exclusivo para oficiais sobre a arma psicológica. O pioneiro nesse campo era Antônio Carlos Pacheco e Silva, professor de psiquiatria na Universidade de São Paulo, diplomado de neurologia pela Universidade de Paris. Renomado especialista em higiene mental, Pacheco tinha sido político ativo, notório militante anticomunista. O escopo de suas conferências na ESG e de seus seminários na Federação das Indústrias do estado de São Paulo era a ação psicológica nas guerras modernas. Arma cujo alvo é a população.

Pacheco buscou inspiração nos trabalhos de Serge Tchakhotine, psiquiatra alemão de origem russa, cujos trabalhos acabavam de ser reeditados em 1953, e seriam traduzidos ao português anos mais tarde sob o título *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*. Pacheco buscava

7 HERREIRA, H. A. (1955). *Concepção moderna da guerra. Formas de guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C-24-55, p. 31.

reaver as leituras do psiquiatra alemão para pensar a estratégia contrarrevolucionária e tecer análises sobre o modo de infiltração soviética, comparando-a a expansão de uma doença. O autor de *Guerra psicológica* defendia representação organicista da sociedade, na qual toda ameaça à coesão social era considerada como uma invasão por corpos estrangeiros e encarava a intervenção militar como remédio terapêutico.<sup>8</sup>

Pacheco apontava também para os estudos de Gabriel Bonnet, fazendo suas afirmações do oficial francês, para quem só um país socialmente robusto teria probabilidades de resistir às tentações e aos assaltos da guerra revolucionária. Afirmava por fim que a pátria é, antes de tudo, a paz social, a concórdia de todas as classes, a união total entre as forças armadas e a Nação.<sup>9</sup> Os conflitos sociais eram interpretados como sintomas de uma doença, resultado da reprodução no interior do corpo social de elementos invasores cuja finalidade era provocar o colapso da sociedade. Nesse sentido, os encarregados da divisão psicológica das forças armadas deveriam dedicar-se ao estudo aprofundado da psiquiatria para assim poderem agir junto à sociedade como especialistas. Acrescentava por fim que o militar deveria garantir a saúde do corpo social para evitar que população optasse pela luta armada. Terminava com citação de Joost Merloo, autor liberal norte-americano de obra controversa *O rapto das mentes*: “a guerra moderna levou o perigo ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão”.<sup>10</sup> A guerra psicológica criava um elo entre o pensamento militar moderno e as doutrinas coloniais, onde o oficial era antes um defensor da ordem interna e da coesão social do que um militar treinado para o combate fora das fronteiras nacionais.

Ao pronunciar junto a oficiais do curso de estado-maior e comando das forças armadas conferências sobre a guerra psicológica, em particular sobre as virtudes da intervenção militar para solucionar males sociais, Pacheco sabia encontrar público cativo. Suas teses teriam forte impacto e desde o ano seguinte a arma psicológica entraria na grade curricular do curso superior de guerra. Oficiais das três armas não tardariam a adotar o ponto de vista defendido pelo psiquiatra paulista, buscando em referências francesas fontes de inspiração.

Os estudos sobre a guerra revolucionária e seus desdobramentos insurrecionais e psicológicos tomariam novo impulso. Augusto Fragoso pronunciou em maio de 1959 conferência inaugural sobre o tema, em que se apoiava em extensa bibliografia de oficiais franceses, como Roger Trinquier e Charles Lacheroy (Martins Filho, 2008). O autor retomava a definição de Gabriel Bonnet, segundo a qual a guerra revolucionária seria o resultado da guerra de *partisans* e da guerra psicológica. Após passar em revista a bibliografia francesa, Fragoso indicou que apesar da variedade de interpretações, existia consenso em torno de cinco fases que permitiam identificar o grau de implantação da guerra revolucionária em um país: constituição de núcleos ativos, instituição de organizações urbanas e rurais, constituição de milícias locais, implantação de redes de apoio espalhadas por todo o país com a criação de um território libertado e a última fase, de confrontação armada, combinando operações de guerra de posições com ações de guerrilha. Sólidas referências bibliográficas davam vazão às dificuldades em fincar os limites que separam a paz do estado de beligerância: “a guerra não é mais a continuação da política, a guerra agora acompanha a política

8 PACHECO E SILVA, A. C. (1958). *Guerra Psicológica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C2-15-58.

9 PACHECO E SILVA, 1958, o. cit., p. 22.

10 PACHECO E SILVA, A. C. (1961). *Ações psicológicas na guerra moderna*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C2-07-61, p. 34.

e serve de apoio a esta, sem a política, a guerra tornar-se-ia absurda".<sup>11</sup> O fim último da guerra não é destruir, mas persuadir.

Por dois anos, a DGR seria tratada por diversos oficiais entusiasmados com as ações preconizadas pelos oficiais franceses. Grande profusão de análises criava confusões na interpretação do conteúdo político da doutrina francesa, de modo que Aurélio de Lyra Tavares propôs, pela primeira vez, importante síntese da bibliografia nacional sobre o tema e utilizou a guerra revolucionária como instrumento para analisar a conjuntura brasileira. Para ele, a guerra revolucionária era o conjunto de ações com vistas a conquistar o Estado por vias militares, por isso, sugeria substituir o adjetivo *revolucionária* por *insurrecional* que se prestaria melhor para caracterizar ações destrutivas, pois, no contexto brasileiro, o termo revolução teria caráter positivo.<sup>12</sup> Analogias organicistas comparam o Estado a um corpo e a revolução a um câncer. Para consolidar a metáfora médica, um quadro associa cada órgão vital à sua instituição correspondente no Estado: sistema militar/sistema muscular, sistema psicossocial/aparelho sensorial, sistema econômico/aparelho circulatório, sistema político/sistema nervoso, governo/cérebro. Nesse quadro, a luta do proletariado contra o patronado poderia paralisar o sistema de circulação de riquezas, o amortecimento do culto das tradições comprometeria o setor psicossocial, a infiltração de elementos suspeitos poderia contaminar o sistema político.<sup>13</sup>

Por fim, ele atribui a Lênin a autoria das cinco fases, transformando o que antes era uma doutrina francesa, em outra genuinamente soviética. Ele se espelha em seu inimigo idealizado para explicar a politização da cultura militar e denunciar a instrução militar soviética como instrumento de doutrinação: "as bibliotecas das unidades do Exército Soviético são orientadas por vários órgãos políticos que se incumbem da instrução ideológica militar".<sup>14</sup>

Ao parafrasear Paul Henri Spaak, pensador político liberal belga, Tavares expressa sua opinião a de seu auditório:

A democracia não está ameaçada no campo de batalha, mas no reduto das suas próprias instituições, em suas universidades desvirtuadas, nos seus sindicatos contaminados, nos seus jornais infiltrados, nas suas associações influenciadas, na cegueira de suas elites e na mistificação das suas massas populares.<sup>15</sup>

Lyra Tavares foi mais além do que Augusto Fragoso, ao preconizar comportamento específico para as forças armadas em cada uma das etapas de conquista do poder. A atuação política dos oficiais tende a aumentar conforme a guerra revolucionária se desenvolve, de preferência associada à atuação das polícias civis. Contudo, a repressão fica sob a autoridade militar que pode legitimamente pedir a intervenção de um país aliado em caso de deflagração de guerra convencional.

Os estudos sobre a guerra revolucionária deram às forças armadas tecnologia política capaz de agir diretamente na sociedade. Oficiais de alta patente se espelhavam no suposto modo de ação comunista para organizarem-se em grupos de trabalho espalhados por todo país, onde militares compartilhavam o trabalho de reflexão com civis, tal como haviam experimentado na ESG. *Think thanks* como os Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituição financiada por organismos privados, rapidamente se espalharam pelas grandes cidades, editando panfletos

11 FRAGOSO, A. (1959). Introdução ao estudo da guerra revolucionária. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C-85-59, p. 9.

12 TAVARES, A. DE LYRA (1961). *A guerra revolucionária e a conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C2-30-61, p. 13.

13 *Ibidem*, p. 5.

14 *Ibidem*, p. 20.

15 *Ibidem*, p. 21.

políticos, divulgando falsas informações, manipulando a opinião. Foram muito além disso, como sugere René Armand Dreifuss, tanto a ESG como os IPES criaram o cimento ideológico para consolidar o pensamento das direitas que emergiam no pós-guerra (Dreifuss, 1981: 74). O anticomunismo das elites era menos um programa político que uma forma de reativar o desprezo secular das oligarquias tradicionais pelas classes populares, encaradas então como classes perigosas, à imagem da maneira como o Exército colonial encarava as massas colonizadas.

Sem entrar no detalhe da crise que se abatera sobre o governo de João Goulart (1961-1964), cabe dizer que após dois anos de tentativas frustradas de governar sob regime parlamentar, em janeiro de 1963, Goulart logrou voltar ao presidencialismo, com o intuito de estancar a crise econômica e financeira que enfrentava o país. Os péssimos resultados obtidos pelos planos de reajustes criaram ambiente de forte mobilização popular, o presidente orientou à esquerda seu programa político e se apoiou em reformas sociais para conquistar o apoio de partidos e movimentos de esquerda. Goulart escolheu o Rio de Janeiro como foco de sua campanha em prol das reformas sociais e reuniu na antiga capital as principais organizações de sua base militante em comícios, passeatas, manifestos, onde exortava a participação popular. Em comício no dia 31 de outubro de 1963, clamou a aliança entre estudantes e operários, das cidades e dos campos, fustigava a justiça social e pedia plenos poderes para impedir grave crise intestina com caráter de guerra civil. A partir daí a relação entre o Executivo e o Congresso, já seriamente comprometida, levaria ao estopim da crise, com a consolidação de aliança política entre congressistas e militares.

Poucos meses antes do golpe civil e militar deflagrado contra o governo Goulart, o IPES de Porto Alegre publicou o *Livro Branco da Guerra Revolucionária*.<sup>16</sup> Greves, motins, insubordinação de suboficiais das forças armadas, comícios e lutas sociais criavam, segundo os autores, o clima propício para a vitória das forças comunistas. O país já na fase de organização do movimento revolucionário caminhava para a organização de milícias nos estados do Sul, governado por Leonel Brizola, genro de Goulart. Era o momento calculado pelos autores para lograr a aliança entre as forças armadas e as demais instituições na defesa da democracia.

Nas palavras do adido militar francês, que observou de perto o desdobramento da situação, “o Brasil tinha chegado a uma situação prerrevolucionária clássica à qual não faltaram nem a desgaste da Autoridade, nem a queda das finanças públicas, nem a pauperização crescente das classes médias e da massa popular”.<sup>17</sup> O golpe foi obra de correntes conservadoras da sociedade que dominariam aos mais altos postos de governo. Muitos dos oficiais que participaram da conspiração tinham eram antigos alunos da ESG de Paris: Aurélio de Lyra Tavares, Penha Brasil, Alfredo Souto Malan, Jurandyr Bizarria Mamede, dentre muitos outros.

Depois do golpe, a doutrina da guerra revolucionária permaneceu como referência para a ação política das forças armadas.

## Reapropriações da guerra revolucionária

A aplicação metódica da guerra revolucionária pode ser dividida em quatro atos que correspondem aos estágios de preparo das forças armadas. O primeiro ato começa desde antes do golpe civil e militar de 1964 nas grandes metrópoles industriais: a conquista da população foi planejada com o intuito de fragilizar o governo Goulart, por meio de violenta propaganda que o acusava de submissão ao Movimento Comunista Internacional. O segundo ato começa com a reorganização

16 BRASIL, PEDRO (1964). *Livro Branco da Guerra Revolucionária*. Porto Alegre: Livraria do Globo.

17 LALLART, P. (1965). *La Révolution brésilienne d'avril 1964*. Vincennes: Service Historique de la Défense, maio-julho, caixa 14S537.

dos serviços de informações após o golpe, num movimento de centralização da informação e de consolidação da estrutura de defesa interna do território. O terceiro ato é a consolidação das operações psicológicas, através das Ações Cívico Sociais (ACISO) e da formação de batalhões de choque das polícias militares, com a transferência de métodos das forças especiais para as polícias civis. O último ato marca o envolvimento das forças armadas na contraguerrilha, simultaneamente em zonas urbanas e rurais, onde foi aplicado de maneira sistemática o extermínio de militantes de esquerda.

Diante de seus interlocutores no ministério francês da Defesa, em seu relatório anual sobre a situação no Brasil, o adido militar Pierre Lallart afirmou que o golpe civil e militar no Brasil normalizou a situação política do país e insistiu no anticomunismo como cimento das forças da oposição à Goulart, mas também na forte capacidade de organização de grupos militares clandestinos.<sup>18</sup> Testemunha ocular do golpe, segundo ele, o trabalho de propaganda e organização, conduzido pelos distintos grupos conspiradores, neutralizou o governo Goulart, numa operação que deveria se tornar um modelo a ser exportado:

Muito bem elaborado, executado em dois dias e através de um país 17 vezes maior que a França, quase sem confrontações nem derramamento de sangue, esta operação foi tecnicamente exemplar. [...] Se a ação dos grupos de choque parece ter sido reduzida durante os acontecimentos, no entanto as redes têm desempenhado um papel bastante importante de infiltração, propaganda, inteligência e infraestrutura. [...] Depois da Revolução, esses grupos clandestinos autônomos podem representar um problema para o Exército, sem dúvida, preocupado com a multiplicidade de organizações cuja ajuda foi inestimável, mas cuja atuação escapa de seu controle.<sup>19</sup>

Primeiro de uma série de golpes que marcaram a guerra fria na América Latina, o golpe civil e militar de 1964 aparecia como um novo modelo, inscrito na tradição de intervenções militares na política: revolução para uns, em referência à que ocorrera no Brasil trinta anos antes, golpe preventivo para outros, aludindo às manobras políticas do governo Goulart. Realizado em menos de três dias, com telefonemas, movimento de tropas e cálculos de poder, o golpe confirma a importância desempenhada pelas forças militares na política nacional. Lallart reconheceria um ano depois: “o Exército acaba de mostrar que além de seu papel de Poder Moderador, se ergueu ao nível de verdadeiro Poder Militar, praticamente como um dos três poderes”.<sup>20</sup>

Após o primeiro ímpeto repressor, o regime tendeu a se institucionalizar, com progressiva militarização das forças policiais e reforma do Conselho de Segurança Nacional. A Defesa Interna do Território (DIT) foi planejada desde antes do golpe, pelo estado-maior das forças armadas e concretizada na criação do Serviço Nacional de Informações.

Ao partir do pressuposto de que o Brasil poderia se tornar palco de guerra interna de natureza insurrecional e revolucionária, diante de um público exclusivo de oficiais do curso superior de guerra, Mário David Andreazza, adjunto da divisão de assuntos doutrinários e de coordenação da ESG, oficial que viria a ocupar importantes cargos políticos, defendia o SNI como entidade primordial da DIT e preconizava “nos casos de comoção intestina grave, o estabelecimento de Zonas de Operações, sob a jurisdição e legislação militares, as quais, no significado militar, podem ser assemelhadas aos Teatros de Operações tradicionais”.<sup>21</sup> Nessas zonas onde não se aplicavam as leis ordinárias, as operações de manutenção da ordem incumbiam aos governadores dos estados,

18 Ídem.

19 LALLART, 1965, o. cit.

20 Ídem.

21 ANDREAZZA, M. D. (1964). *Estrutura da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C. 06-64.

mas a autoridade de fato se concentraria entre as mãos dos comandantes das regiões militares. Nos primeiros dias do governo Castelo Branco (1964-1967), a criação do Sistema Nacional de Informações coordenou a ação dos diversos e variados serviços de informação que já existiam. Comandado por Golbery do Couto e Silva, o SNI respondia à exigência de colher informações sobre a oposição e de centralizar o processamento de informes.

A defesa contra a guerra revolucionária baseava-se, fundamentalmente, no conhecimento da situação do país e dos movimentos sociais. Prova viva da adaptação do Exército aos métodos preconizados pelos franceses, o oficial de informação se tornava junto com o oficial de ação psicológica a encarnação da nova guerra que o ministério da Guerra procura levar a todo o Brasil. A informação era a principal preocupação do governo militar e os serviços de informação possuíam elementos infiltrados em diferentes organismos da oposição e em muitos grupos clandestinos armados.<sup>22</sup> O SNI viria a ser tornar, nas palavras do adido francês Paul Aussaresses, dez anos depois, o equivalente do SDECE, da CIA um pouco da Gestapo.<sup>23</sup>

A estrutura repressiva do regime seria erguida sob a pressão de oficiais particularmente ativos, marcadamente à direita, conhecidos como linha dura. O movimento se intensificaria com a entrada no ministério da Guerra e na chefia do estado-maior de generais formados em escolas francesas. Sob o comando de Aurélio de Lyra Tavares, o ministério da Guerra editou seu primeiro *Manual de Campanha da Guerra Revolucionária*, posto em execução em 9 de julho de 1968 e remetido em 31 de outubro de 1968 à grandes unidades e unidades militares, aos ministérios da Marinha, da Aeronáutica e da Justiça, ao Superior Tribunal Militar, à inspetoria geral das polícias militares e a todas as escolas militares. Em 1972, sob a chefia de Alfredo Souto Malan, o estado-maior do Exército associaria estreitamente a oficiais franceses.

O Manual do estado maior do Exército propunha síntese clara e completa das principais discussões no âmbito da ESG. Seu objetivo era fornecer um instrumento de análise da situação política que permitisse a cada um avaliar a conjuntura e estabelecer um julgamento. Além de caracterizar o conceito de guerra revolucionária, o texto definia distintas categorias de suspeitos, de maneira a orientar a busca e processamento de informações por oficiais e autoridades competentes. Foram descritas categorias como cripto-comunistas, simpatizantes, oportunistas, inocentes úteis, companheiros de viagem e agentes de influência, cada com seu respectivo grau de periculosidade. À hierarquia de suspeitos, seguia a hierarquia de ideologias: nacionalismo, pacifismo, neutralismo, anti-imperialismo, anti-colonialismo. Quadros e diagramas completam o documento, explicando, em particular, o funcionamento das hierarquias paralelas.<sup>24</sup>

A ação contrarrevolucionária dividia-se em três fases: prevenir, para que não se formasse no país clima revolucionário; impedir, a fim de evitar formação e atuação de movimento revolucionário; eliminar e exterminar líderes revolucionários já em ação. Diferença central é estabelecida entre guerra revolucionária sem violência e com violência. No caso de guerra revolucionária sem violência, preconizava-se a maior vigilância sobre a atividade dos suspeitos. Também era prevista a adaptação do sistema judiciário, o fortalecimento da administração pública, das forças armadas e da polícia civil e dos estados. Por fim, era priorizada a infiltração do movimento rebelde para tentar torná-lo ineficaz. Em caso de violência, em particular de terrorismo, previa-se: cerrar o controle sobre a circulação, estabelecer barreiras nas entradas das cidades, vigiar aeroportos, isolar

22 LALLART, 1965, o. cit.

23 AUSSARESSES, P. (1975a). *Rapport de fin de mission*. Vincennes: Service Historique de la Défense, 6 de outubro, caixa 14S535.

24 MINISTERIO DO EXÉRCITO (1968). *Manual de campanha da guerra revolucionária*. Brasília: Gráfica do Quartel general do Exército - Estabelecimento General Cordeiro de Farias, abril de 1969.

áreas onde pudessem ocorrer atendados, interrogar elementos suspeitos ou atuantes, recensear e fichar a população, responsabilizar os que deram apoio aos terroristas, realizar rápido julgamento para punição imediata dos envolvidos com a ação terrorista, explorar o ato através de um sistema de contrapropaganda, exercer vigilância sobre o comércio de armas, estimular a organização de um sistema de autodefesa.<sup>25</sup>

As operações eram minuciosamente expostas, com indicações precisas de qual decisão tomar, em cada uma das fases de desenvolvimento da organização rebelde, indicando que o principal objetivo era a destruição da estrutura política rebelde e a proteção da estrutura nacional. Além da importância do meio ambiente e do equipamento militar, o estado-maior sublinha a importância da organização da tropa, no que diz respeito a operações táticas, preconizando o emprego de grandes unidades e helicópteros para o reconhecimento aéreo e transporte de tropa. A pedagogia do documento, que buscava levar ao funcionário pouco informado sobre a DGR elementos de compreensão da situação segundo a ideia dominante no âmbito das forças armadas revela suas fontes. O documento termina com citação de Joost Merloo, adaptada ao objetivo do manual: “a guerra revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito de cada cidadão”.<sup>26</sup>

A portaria de execução do Manual precedia de dois meses a instauração do Ato Institucional Número 5, que pôs um fim às liberdades fundamentais, em 13 de dezembro de 1968, pelo governo Costa e Silva (1967-1969), abrindo maior espaço para a repressão política. O AI5 era a reação do Executivo militar à ação de deputados que se indignavam diante da violenta repressão: os poderes foram concentrados nas mãos das Forças Armadas, principalmente o Exército, as liberdades democráticas foram suprimidas e o Congresso nacional fechado. Apesar da riqueza de detalhes, não havia menção a exemplos concretos e pouco ou quase nada era dito acerca da criação de entidades paralelas sem menção à nenhuma entidade de luta contrarrevolucionária.

A ação contrarrevolucionária já estava planejada e pode ser dividida em três aspectos: contraguerrilha urbana, contraguerrilha rural e operações psicológicas. O movimento de reorganização das estruturas repressivas começava de fato. Desde 1968, ocorreram em São Paulo explosões de bombas artesanais, uma delas em frente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), assaltos a bancos e ao trem pagador. Contudo, segundo observadores franceses, “o resultado das investigações dirigidas pelos serviços estaduais e federais foi particularmente insignificante”.<sup>27</sup> Poucas semanas depois, em janeiro de 1969, a deserção do capitão Carlos Lamarca, do 4º regimento de infantaria, em Quintaúna, no estado de São Paulo, que deixou o quartel no volante de um caminhão carregado de armas e munições destinadas a oposição, provava aos olhos dos oficiais mais exaltados a ineficácia das entidades de busca e processamento de informações. Em junho do mesmo ano, nascia a Operação Bandeirantes (Oban) como reação à audácia de Lamarca. São Paulo se transformaria no primeiro laboratório brasileiro de operações contraguerrilhas.

## Os anos de chumbo: da teoria à prática

As operações contraguerrilha foram os mais expressivos exemplos de reapropriação de instrumentos de combate contrarrevolucionário, no entanto, não foram os únicos exemplos, pois ações psicológicas também foram executadas com grande êxito pelas forças armadas.

25 Ídem.

26 Ídem.

27 LATOUR, JEHAN DE (1968). *Terrorisme et agitation sociale à São Paulo*. Paris: Archives du Ministère des Affaires Étrangères et Européennes, julho, caixa 133

A historiadora Mariana Joffily elencou matrizes francesas e norte-americanas na criação da Operação Bandeirantes (Oban), a primeira de grandes proporções a ser aplicada na cidade de São Paulo na luta contra a guerrilha urbana. Ela sublinhou sua tripla função: captura, interrogatório e propaganda. Joffily estabeleceu concordâncias entre siglas de estruturas de cunho político-militar nos regulamentos da OBan e nos do Exército francês, ao comparar a atuação da Oban com a de organizações clandestinas criadas durante a Batalha de Argel, um dos principais palcos da guerra revolucionária, imortalizada pelo filme de mesmo nome dirigido por Gillo Pontecorvo, em que oficiais franceses particularmente exaltados brutalizam militantes da Frente de Libertação Nacional em busca de informações que permitissem localizar líderes revolucionários a fim de eliminá-los (Joffily, 2008). A engrenagem da violência contra os colonizados era arastada pelos hábitos brutais da polícia e do Exército colonial, reflexos da representação veiculada pela administração colonial, na qual o sujeito colonizado vivia condição de subalterno, sem acesso aos direitos fundamentais reservados aos cidadãos franceses (Maran, 1989). A prática da tortura foi nesse caso legitimada por uma doutrina que sistematizava sua utilização.

A atuação do Exército francês na Argélia se fundamentou em um complexo sistema de informações que passava por profunda reestruturação desde a Segunda Guerra Mundial. O SDECE e estruturas como o 11º batalhão de Choque nasceram ao final da guerra, com o objetivo de transmitir a experiência adquirida de combate ao nazismo. As complexas e variadas estruturas de busca e processamento de informações associavam métodos desenvolvidos em distintos momentos, experimentados em múltiplos episódios de confrontação violenta, levados de um teatro de guerra a outro.

A criação de estruturas vinculadas ao Exército para combater a Frente de Libertação Nacional respondia ao imperativo de eficácia e de rapidez. Em 1957, surgiu o serviço *Renseignement Action Protection* (RAP), fundamentado no princípio de associação operacional de forças militares e policiais para buscar informações, processar informes, interpellar imediatamente militantes nacionalistas e proteger a população de colonos. O RAP era subordinado ao *Détachement Opérationnel de Protection* e atuava sob a autoridade do *Centre de Coordination Interarmées* que, segundo a historiadora Raphaëlle Branche, agia como cobertura oficial à entidade clandestina. As forças armadas conduziam as investigações, identificavam os suspeitos e julgavam os culpados, concentrando os poderes de polícia e justiça, agindo dentro das fronteiras nacionais, no âmbito interno, transformado em campo de batalha (Branche, 2001).

No caso do Brasil, a coordenação das operações estava a cargo de duas entidades, cujo nome, dali em diante, viria sempre associado à luta contrarrevolucionária: o Destacamento de Operações de Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). A missão de ambos era combater ações violentas no quadro da guerra revolucionária. Subordinado diretamente ao Executivo militar federal, as duas entidades se superpunham às demais estruturas de segurança interna e, por isso, gozavam de maior autoridade e autonomia. Além da captura e interrogatório de militantes de esquerda, tratava-se de organizar a ação psicológica junto à população (Joffily, 2008). Como no caso francês, a sociedade era dividida em dois lados e somente aqueles que não aderiam à oposição tinham o direito de gozar da plena cidadania, os demais eram tratados como inimigos.

Em dezembro de 1969, seis meses após o sucesso da Operação Bandeirantes, chegava ao Brasil o adido francês Yves Boulnois, ex-assessor militar junto ao estado-maior do Exército argentino. Veterano das guerras da Indochina e da Argélia, ele acompanhou de perto o preparo das forças armadas à guerra revolucionária e comentou:

A preparação das unidades do Exército para a luta contra a subversão encontra-se em estado avançado e já deu alguns resultados positivos. Acompanhando há vários meses um treinamento apropriado, cada unidade encontra-se pronta para participar

de uma operação de contraguerrilha, qualquer que seja sua missão específica. [...] Apesar de atuar sob a autoridade dos generais no comando do Exército, o DOI conta com a participação de outras forças, entre elas a polícia. As regiões militares possuem um Centro de Operações de Defesa Interna, verdadeiro posto de comando para as operações contraguerrilha.<sup>28</sup>

Jean-Louis Guillot assumiria o cargo após Yves Boulnois e também comentaria a atuação das entidades de intervenção direta. Ex-membro do corpo docente do IHEDN, indicaria em seu relatório: “a luta contra o terrorismo urbano foi dura e eficaz (eliminação dos líderes e principalmente de Marighella e Lamarca)”.<sup>29</sup> Como observa Guillot, a guerrilha urbana foi o principal cenário da guerra revolucionária, concentrada nos estados industriais, onde foram duros os combates contra os grupos guerrilheiros, dentre os quais se destacavam a Ação Libertadora Nacional de Carlos Marighella e a Vanguarda Popular Revolucionária de Carlos Lamarca. O adido recém-chegado completa um mês depois: [em São Paulo], as Forças Armadas, incluindo sua ilustre Polícia Militar, talvez mantenham o controle quase absoluto da situação, mas, de alguma forma, elas estão sitiadas dentro de uma trama urbana particularmente permeável às ações terroristas. É uma verdadeira batalha de Argel”.<sup>30</sup> E conclui seis meses depois, “várias células terroristas foram destruídas em diversas cidades, cada operação marcada por dezenas de vítimas, membros do PCB, do PCBR e da VPR. [As operações] mostram que a atual tática da polícia é a de exterminar os grupos clandestinos e não mais a de fazer prisioneiros políticos.”<sup>31</sup> Desde 1973 o extermínio da oposição armada parecia ser um dos objetivos da comunidade de segurança, como afirmou João Roberto Martins, “com a guerrilha urbana praticamente suprimida, graças à atuação dos DOI, o Exército descobriu, em 1972, o embrião de guerrilha rural do Partido Comunista do Brasil na região de Xamboiá, no sul do Pará, perto do rio Araguaia” (Martins Filho, 2012). Durante a guerra do Araguaia (1974), onde a maioria dos guerrilheiros fora massacrada, segundo o adido francês, teria sido praticada uma política de eliminação de todos os militantes.

Antes da extinção dos grupos armados urbanos, o Exército já havia estendido a luta às zonas rurais que se tornariam outra importante arena da guerra revolucionária. Até então, somente algumas regiões tinham sido palco de guerrilhas, como a que ocorreu na Serra do Caparaó, no limite entre os estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, entre 1966 e 1967. A ação contraguerrilha foi dirigida pela polícia militar de Minas Gerais, que, segundo Pierre Lallart, buscava provar sua eficácia, antes de ceder ao Exército o comando das ações.<sup>32</sup> O movimento armado seria rapidamente desmantelado, quase sem confrontações, graças às informações obtidas através do contato com a população. Grande parte das informações provinha de denúncias, o que indica por um lado a precária implantação local da guerrilha e sugere que o trabalho de busca e processamento por parte das forças militares teve pouca ou nenhuma importância. Por outro lado, sugere que a contraguerrilha foi muitas vezes precedida por ações psicológicas. Enquanto a polícia militar do estado de Minas Gerais reunia as informações, o Exército atuava junto à população, buscando conquistar sua adesão e isolar os militantes.

28 BOULNOIS, YVES (1970b). *Rapport de l'attaché militaire pour juillet 1970*. Vincennes: Service Historique de la Défense, agosto, caixa 14S534.

29 GUILLOT, JEAN-LOUIS (1972a). *Rapport mensuel*. Vincennes: Service Historique de la Défense, janeiro, caixa 10T112.

30 GUILLOT, J.-L. (1972b). *Rapport de la visite du general Alain de Boissieu*. Paris: Archives du Ministère des Affaires Étrangères et Européennes, abril, caixa 184.

31 GUILLOT, J.-L. (1973). *Rapport de l'attaché militaire pour janvier 1973*. Vincennes: Service Historique de la Défense, fevereiro, caixa 14S534.

32 BINOCHE, JEAN (1967). *Opération antiguerrillas dans l'Etat de Minas Gerais*. AMAE, abril, caixa 132.

Embora menos estudada que suas vertentes urbanas, a contraguerrilha rural encontrou certo sucesso junto às forças armadas. Y. Boulnois observou em particular a Operação Registro, iniciada alguns meses após a Operação Bandeirantes e poucos meses antes das operações psicológicas na região Sul, em abril de 1970. O DOI-CODI da IIª Região militar, estabelecido no estado de São Paulo lançou grande ofensiva contra o campo de treinamento da Vanguarda Popular Revolucionária.

A operação, sob a responsabilidade do General Canavarro Pereira, Chef do IIº Exército tinha por objetivo limpar a região compreendida entre o vale do rio Ribeiro e o mar, onde a subversão tinha instalado uma zona de refúgio e possuía um campo de treino. As unidades do Exército cercaram e limparam o quadrilátero formado pelas cidades de Cananea, Eldorado Paulista, Registro e Iguapé, enquanto a aviação bombardeava com explosivos e napalm as zonas menos acessíveis, com apoio de tropas no solo por helicópteros armados. A operação está virtualmente terminada, apesar da zona ainda permanecer sob vigilância terrestre e aérea, com a participação de elementos da 5ª Região Militar (PC de Curitiba). As principais dificuldades encontradas pelas forças de ordem foram três: o terreno escolhido pelos rebeldes, a ação adversa razoavelmente bem dirigida e executada, a ausência de documentos de identidade para muitos moradores, entre os quais podiam se refugiar guerrilheiros. Ao menos quinze elementos importantes da Vanguarda Popular Revolucionária e talvez o ex-Capitão Lamarca, que provavelmente tinha assumido o comando da ação, escaparam.<sup>33</sup>

As cenas descritas lembram indiscutivelmente a guerra da Argélia: cercos, apreensão de suspeitos, bombardeamento com napalm das regiões inacessíveis, helicópteros armados com metralhadoras. A operação contou com mais de 2954 oficiais, em associação com o Centro de Informações do Exército, regimentos de infantaria, paraquedistas das forças especiais, polícias militares, além da Marinha e da Aeronáutica e comprovou a eficácia dos métodos de contraguerrilha no Brasil.

Cenas semelhantes ocorreram também na Argélia, contra o Exército de Libertação Nacional que atuava em zonas rurais de difícil acesso. Helicópteros militares foram empregados contra a guerrilha rural desde 1957, os modelos Bell e Alouette 2 faziam o reconhecimento aéreo, mas também auxiliavam as tropas no solo, enquanto os modelos para transporte de homens eram equipados com metralhadoras Browning que apoiavam pelo fogo as manobras terrestres.

Yves Boulnois narra os acontecimentos poucas semanas apenas após a conclusão da operação e observava detalhes, dificuldades e falhas. A principal dificuldade era a identificação dos guerrilheiros que, segundo ele, estavam bem integrados à população. Analisaria ainda outras ações, afirmando que após a morte de Marighela a luta contra a subversão se mantinha sob suas mais variadas formas. Desde sua chegada, observa-se grande riqueza de detalhes na descrição das operações repressivas, o que supõe maior acesso às informações num momento de fortalecimento do poder da comunidade de segurança e informações. As ameaças que pairavam sobre os diplomatas europeus, sobretudo após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos e do da Suíça, contribuíram também a consolidar a cooperação entre serviços de inteligência franceses e brasileiros (Araujo, 2012).

Na guerra que o Exército travava contra movimentos guerrilheiros, a população era um dos eixos centrais. Desde os primeiros focos de guerrilha, em 1966, o Exército coordenaria operações psicológicas, buscando conquistar a adesão da população. O treinamento começou em abril de 1966, no sul do estado de Minas Gerais, onde se tivera notícia da implantação da primeira guerrilha nacionalista de resistência à ditadura. O controle social e médico da população se con-

33 BOULNOIS, Y. (1970a). *Rapport mensuel*. Vincennes: Service Historique de la Défense, 8 de julho, caixa 14S534.

solidava como um dos pilares da política de combate à oposição armada, estendendo ainda mais o espectro da propaganda contrarrevolucionária.

Desde abril de 1967, no Alto Caparaó, foram realizadas as primeiras operações psicológicas chamadas de Ações Cívico-Sociais (ACISO). Como nas várias outras que a seguiriam, a ACISO do Alto Caparaó forneceu gratuitamente à população consultas médicas e odontológicas, prestou serviços veterinários, organizou atividades religiosas, realizou palestras e sessões cinematográficas. Buscava-se conquistar a simpatia da população de forma a obter informações sobre militantes e guerrilheiros. Outras ACISO seriam dirigidas em regiões estratégicas, em particular nas zonas de fronteira, nos estados do Sul, por onde transitavam membros da oposição, entre Uruguai e Argentina. Uma das principais ações desse tipo, observadas por Y. Boulnois foi coordenada pelo IIIº Exército, localizado em Porto Alegre, e a Vª Região militar, situada nos estados do Paraná e de Santa Catarina: a ACISO 70 contou com a participação das três armas, “durante essa operação psicológica foi dispensada assistência gratuita à população, com, 8690 consultas médicas, 4874 consultas odontológicas, 14895 vacinações, 61863 remédios distribuídos, 20247 artigos escolares, 325 bandeiras do Brasil distribuídas, 21 filtros d’água distribuídos e 48 filmes”.<sup>34</sup> Através das Ações Cívico-Sociais, o Exército dispunha de dispositivo total de controle da população, pois ela engloba praticamente todos os aspectos da sociedade, na escala de um território, aparentemente aberto, que, no entanto, está cercado por todos os lados. Buscava-se levar a população para dentro da esfera de influência das forças armadas.

A atuação das Ações Cívico-Sociais coordenadas pelas forças armadas deve ser comparada às *Sections Administratives Spécialisées* do Exército francês. Aliás, desde 1967, o estado-maior do Exército brasileiro enviou à França pedido de informações acerca de tais entidades.<sup>35</sup> As SAS têm longa tradição colonial na África do Norte e na Indochina, onde estabeleciam o elo entre o Exército colonial e a população colonizada. Eram o instrumento político pelo qual as forças armadas buscavam pacificar os territórios conquistados. A população que auxiliava o Exército na pacificação se tornava ator da luta contrarrevolucionária. Para alcançar esse objetivo, um dos principais instrumentos, no caso da Argélia, foram os *Harkis*, auxiliares incorporados às tropas paramilitares que ajudavam o Exército na busca de informações sobre a atuação da organização rebelde. Por outro lado, esperava-se dos oficiais atuando nos SAS que estivessem convictos de sua missão civilizadora, aqueles nascidos nos territórios coloniais, com o fim da guerra e a retirada das tropas, continuariam a luta pela Argélia francesa por outros meios, ao entrarem para a *Organisation de l’Armée Secrète* (OAS). As SAS cessariam suas atividades com o fim da colonização, deixando lugar ao *Groupement Interarmées Actions Civilo-Militaires*.

As SAS levavam os serviços do Estado a regiões que até então tinham concentrado pouca ou nenhuma atenção dos serviços públicos. Sua ideia-força partia do pressuposto que a insurreição armada se apoiava na população que vivia em condição de subdesenvolvimento. No Brasil, os territórios alvo das Ações Cívico-Sociais não eram colônias e sua população não era colonizada, logo, forte viés ideológico nutria tais operações. O Exército devia assumir de fato a administração dos serviços públicos e, nesse sentido, ia muito além de seu papel de braço forte, o que caía como uma luva para oficiais politizados que aspiravam a construir um novo país.

As ACISO tiveram vida longa e continuam a ser aplicadas sob a coordenação do Ministério da Defesa, antecedendo ou sucedendo a operações com caráter repressivo, envolvendo militares, policiais e agências de inteligência, visando a prevenir e combater atividades ilícitas. As de maior dimensão ocorreram durante a Operação Ágata que desde 2011 atua nas zonas de fronteira, com

34 BULNOIS, 1970b, o. cit.

35 AUSSARESSES, P. (1975b). *Rapport annuel*. Vincennes: Service Historique de la Défense, caixa 14S35

o intuito de manter o controle sobre essas regiões, em particular a Amazônia, alvo da Ágata 4, e a região Sul, alvo da Ágata 5, zonas onde a presença de organizações criminosas era atestada e onde o Estado era considerado pouco presente. Por outro lado, o Exército buscou conquistar a adesão da população após operações repressivas em zonas urbanas, como no Complexo do Alemão, em 2012, quando tropas das forças especiais do Exército foram diretamente transferidas de operações exteriores, no caso a missão de paz no Haiti, a operações internas, ao invadirem comunidades da periferia do Rio de Janeiro.

## Considerações finais

A doutrina da guerra revolucionária e seus desdobramentos é um objeto de estudo já consolidado há vários anos, principalmente nos países onde as forças armadas utilizaram-na como recurso para orientar a ação política de seus oficiais, seja em operações externas seja em operações internas. Do deslocamento dos conceitos iniciais, desenvolvidos por oficiais franceses confrontados a guerras irregulares em contexto colonial, até a criação de novas tecnologias de combate, como helicópteros armados de metralhadoras para garantir a ordem interna, seus distintos segmentos foram dissecados por oficiais diplomados das mais prestigiosas escolas militares.

Os conceitos chave defendidos por oficiais coloniais que contribuíram a propagar essa doutrina reiteraram a maneira como os oficiais brasileiros encaravam seu papel na sociedade, ao dar importância aos aspectos político e social de sua missão. A genealogia colonial do pensamento militar revela assim a permanência de métodos de governança colonial e o ressurgimento de ideais contrarrevolucionários. O papel desempenhado pela missão militar francesa (1920-1940) foi crucial, ao propor nova leitura do papel social do oficial do Exército, encarregado da missão de pacificar e civilizar. De braço forte, o oficial se transforma em mão amiga, levando aos confins do território nacional os serviços básicos, à exemplo dos colonizadores franceses do século XIX.

A doutrina francesa orientou a construção do inimigo interno de forma ampla o suficiente para servir às mais variadas situações. No cerne das guerras da Indochina e da Argélia foi elaborada a imagem idealizada de um inimigo que correspondia aos medos e anseios da elite civil e militar. As soluções encontradas pelos exércitos europeus nas guerras coloniais serviam de modelo para a guerra que os mais exaltados oficiais pretendiam travar contra movimentos comunistas. Ao imaginar o inimigo, preparavam-se para a guerra, elaborando regulamentos, escrevendo artigos e editando manuais, cujo objetivo era orientar os oficiais em sua missão. A adoção de nova doutrina foi além de imaginar um inimigo interno e no âmbito da Escola Superior de Guerra o papel do militar na sociedade foi redefinido, no sentido de torna-lo um especialista de assuntos sociais capaz de agir sobre a população.

A DGR propunha ferramentas que davam às forças armadas a capacidade de fazer o diagnóstico da sociedade e propor uma cura. Através de políticas destrutivas, como a contraguerrilha, e construtivas, como as ações psicológicas, buscava-se curar os males sociais. A metáfora de oficiais como especialistas capazes de compreender a sociedade e agir em consequência conferia cientificidade e legitimidade ao discurso militar.

A ação contrarrevolucionária foi observada com atenção por oficiais franceses, renomados especialistas dos Serviço de Documentação Exterior e de Contraespionagem. Pierre Lallart mapeou redes militares que agiram durante o golpe e cuja atuação fora crucial na reorganização dos serviços de informação. Jean Wartel observou a criação das principais escolas do serviço de informação. Yves Boulnois acompanhou de perto a evolução da luta anti-subversiva e seus desdobramentos urbanos e rurais. Jean-Louis Guillot estendeu a colaboração ao nível do estado-maior.

Por fim, Paul Aussaresses concluiu período de forte colaboração ao atuar no Centro de Operações da Selva e de Ações de Comando, em Manaus.

Observa-se o emprego de expressões herdadas do universo colonial, nas operações civis e militares e seus desdobramentos atuais através das ACISO. Nessas operações, a fronteira nacional é deslocada até o limite onde se estabelece a competência dos responsáveis pelas operações. Verdadeiras operações de conquista da população, as Ações Cívico-Sociais vêm diretamente do universo de referência contrarrevolucionário, em que o objetivo não é mais destruir, mas persuadir, quer dizer, conquistar a adesão da população. As ACISO são uma herança direta dos tempos ditatoriais, quando se fazia a política do Exército.

## Bibliografia e fontes

### Fontes

- ANDREAZZA, M. D. (1964). *Estrutura da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C. 06-64.
- AUSSARESSES, P. (1975a). *Rapport de fin de mission*. Vincennes: Service Historique de la Défense, 6 de outubro, caixa 14S535.
- (1975b). *Rapport annuel*. Vincennes: Service Historique de la Défense, caixa 14S535.
- BINOCHÉ, J. (1967). *Opération antiguérillas dans l'Etat de Minas Gerais*. AMAE, abril, caixa 132.
- BRASIL, P. (1964). *Livro Branco da Guerra Revolucionária*. Porto Alegre: Livraria do Globo.
- BOULNOIS, Y. (1966). *Relève du lieutenant-colonel Boulnois, Accesseur Militaire français à l'État-Major général de l'Armée argentine*. Vincennes: Service Historique de la Défense, março, caixa 14S534.
- (1970a). *Rapport mensuel*. Vincennes: Service Historique de la Défense, 8 de julho, caixa 14S534.
- (1970b). *Rapport de l'attaché militaire pour juillet 1970*. Vincennes: Service Historique de la Défense, agosto, caixa 14S534.
- COMBLIN, J. (1977). *Le pouvoir militaire en Amérique latine : l'idéologie de la sécurité nationale*. Paris: Jean-Pierre Delarge éditions universitaires.
- FRAGOSO, A. (1959). *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C-85-59.
- GUILLOT, J.-L. (1972a). *Rapport mensuel*. Vincennes: Service Historique de la Défense, janeiro, caixa 10T1112.
- (1972b). *Rapport de la visite du general Alain de Boissieu*. Paris: Archives du Ministère des Affaires Étrangères et Européennes, abril, caixa 184.
- (1973). *Rapport de l'attaché militaire pour janvier 1973*. Vincennes: Service Historique de la Défense, fevereiro, caixa 14S534.
- HERREIRA, H. A. (1955). *Concepção moderna da guerra. Formas de guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C-24-55.
- LALLART, P. (1965). *La Révolution brésilienne d'avril 1964*. Vincennes: Service Historique de la Défense, maio-julho, caixa 14S537.
- (1966). *Rapport de fin de mission au Brésil*. Vincennes: Service Historique de la Défense, 11 de agosto, caixa 10T1112.
- LATOUR, J. DE (1968). *Terrorisme et agitation sociale à São Paulo*. Paris: Archives du Ministère des Affaires Étrangères et Européennes, julho, caixa 133.
- LYAUTEY, H. (1938). *A função social do Oficial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- MINISTERIO DO EXERCITO (1968). *Manual de campanha da guerra revolucionária*. Brasília: Gráfica do Quartel general do Exército - Estabelecimento General Cordeiro de Farias, abril de 1969.
- NORMAND, A. (1958). *Relatório de informe "Rôle des forces armées françaises dans l'effort de propagande et d'expansion actuellement appliqué sur le Brésil"*. Vincennes: Service Historique de la Défense, 10 T 1108.
- PACHECO E SILVA, A. C. (1958). *Guerra Psicológica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C2-15-58.
- (1961). *Ações psicológicas na guerra moderna*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C2-07-61.
- STEPAN, A. (1975). *Os militares na política. Changing patterns in Brazil*. Rio de Janeiro: Artenova.
- TAVARES, A. DE LYRA (1961). *A guerra revolucionária e a conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, C2-30-61.

## Bibliografia

- ARAUJO, R. NABUCO DE (2008). “A Guerra Revolucionária : afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a doutrina francesa (1957-1974)”, em D’ARAUJO M. C. et al. (dir.). *Defesa, segurança internacional e Forças Armadas*. Campinas: Mercado de Letras.
- (2011). *Conquête des esprits et commerce des armes : la diplomatie militaire française au Brésil (1947-1974)*. Tese de Doutorado em História. Toulouse: Université de Toulouse 2 – Le Mirail.
- (2012). “L’art français de la guerre. Transferts de la doctrine française de la guerre révolutionnaire”. *Cahiers des Amériques Latines*, no. 70, pp. 39-58.
- BELLINTANI, A. Iop (2009). *O Exército brasileiro e a missão militar francesa : instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. 2 v. Tese de Doutorado em História. Brasília: Universidade de Brasília.
- BRANCHE, R. (2001). *La torture et l’armée pendant la guerre d’Algérie 1954-1962*. Paris: Gallimard.
- DREIFUSS, R. A. (1981). *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.
- JOFFILY, M. (2008). *No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MARAN, R. (1989). *Torture. The role of ideology in the French-Algerian War*. New York-Westport-London: Praeger.
- MARTINS FILHO, J. R. (2004). “A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964”, artigo apresentado no congresso *«The culture of dictatorship»*, University of Maryland.
- (2006). “Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974)”, texto apresentado no *Congresso da Latin American Studies Association*, San Juan de Porto Rico.
- (2008). “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, no. 67.
- (2012). “A conexão francesa. Da Argélia ao Araguaia”. *Varia História*, vol. 28, no. 48, pp. 519-536.
- PÉRIÈS, G. (1999). *De l’action militaire à l’action politique. Impulsion, codification et application de la guerre révolutionnaire au sein de l’armée française*. Tese de Doutorado de História. Paris: Université Paris 1 – Panthéon – Sorbonne.
- (2001). “Construire l’ennemi intérieur”. *Cultures & Conflits*, no. 43, pp. 100-112.
- (2004). “Un modèle d’échange doctrinal franco-argentin : le Plan Conintes 1951-1966”, em FREGOSI, R. (org.). *Armées et pouvoirs en Amérique Latine*. Paris: CREDAL-IHEAL.
- ROBIN, M. M. (2004). *Les escadrons de la mort. L’école française*. Paris: La Découverte.
- VILLATOUX, M.-C. (2002). *La Guerre et l’action psychologique en France (1945 – 1960)*. Tese de Doutorado em História. Paris: Université Paris 1 – Panthéon – Sorbonne.
- VILLATOUX, P. & VILLATOUX, M.-C. (2005). *La République et son armée face au péril subversif – Guerre et action psychologiques en France (1945-1960)*. Paris: Les Indes Savantes.

Recibido: 7/4/2017. Aceptado: 29/6/2017